

A ACESSIBILIDADE COMO A PALAVRA-CHAVE PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO: UM PROJETO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES

Ariana Cosme

Professora doutora em Ciências da Educação,
Professora auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
ariana@fpce.up.pt

Raquel Rodrigues Monteiro

Licenciada e Mestre em Ciências da Educação,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
raquelrmonteiro@gmail.com

Vânia Cosme

Mestre em Ciências da Educação,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
vanielcosme@gmail.com

Resumo

Ao assumir a importância do sentido da democracia, da partilha de direitos e deveres, bem como, a centralidade do papel da Escola e da Educação, a equipa deste projeto de formação contínua de professores, centrou-se na elaboração de um programa de formação capaz de renovar as lentes de interpretação face ao conceito de Acessibilidade por com relação tanto à Cidadania, como à Educação.

Ao ter trabalhado com 16 municípios portugueses e agrupamentos correspondentes, o projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, promoveu, um novo sentido de inclusão, de bem-estar e de acesso à qualidade de vida por parte de toda a comunidade educativa, promovendo igualmente a importância central da formação de professores numa conjuntura que tarda em praticar a esperança do “aprender a ser”.

Palavras-chave

Acessibilidade; Educação; Diversidade; Cidadania; Formação Contínua

Abstract

By taking the importance of the meaning of democracy, sharing of rights and duties, as well as the central role of School and Education, this service teacher training project, focused on the development of a service training program capable to renew the lenses of interpretation to the concept of accessibility by regarding both Citizenship as Education.

To have worked with 16 Portuguese municipalities and corresponding educational clusters, the project “Universal Citizenship: The Accessibility”, promoted a new sense of inclusion, well-being and access to quality of life by the whole school community, promoting the central role of service teacher training in a conjuncture that is slow in practicing the hope of “learning to be”.

Keywords

Accessibility; Education; Diversity; Citizenship; Teachers Training

Résumé

L'équipe de ce projet de formation continue, en assumant l'importance du sens de démocratie, du partage des droits et des devoirs, bien comme la centralité de

l'École et de l'Éducation, s'est centré dans l'élaboration d'un programme capable de renouveler les lentilles d'interprétation sur le concept d'Accessibilité, par rapport à la Citoyenneté et à l'Éducation. Dans le travail avec 16 municipalités et sens groupements d'écoles, au Portugal, le projet “A Cidadania Universal: as Acessibilidades” (La Citoyenneté Universelle: les Accessibilités) a promu un nouveau sens d'inclusion, de bien-être e d'accès à la qualité de vie pour toute la communauté éducative, en promouvant aussi l'importance de la formation des professeurs, laquelle s'affirme comme centrale dans une conjoncture qui tarde en pratiquer l'espoir “d'apprendre à être”.

Mots-clés

Accessibilité; Éducation; Diversité; Citoyenneté; Éducation Continue

Resumen

Tomando la importancia del significado de la democracia, el intercambio de derechos y deberes, así como el papel central de la Escuela y de la Educación, este equipo del proyecto de capacitación de los docentes, se centró en el desarrollo de un programa de formación capaz para renovar las lentes de interpretación al concepto de Accesibilidad al considerar tanto la Ciudadanía como la Educación.

Después de haber trabajado con 16 municipios portugueses y los grupos correspondientes, el proyecto “La Ciudadanía universal: las accesibilidades”, promovió un nuevo sentido de la inclusión, de el bienestar y del acceso a la calidad de vida de toda la comunidad escolar, como también la promoción de el papel central de la formación docente en un ambiente que es lento en la práctica de la idea de “aprender a ser”.

Palabras claves

Accesibilidad; Educación; Diversidad; Ciudadanía; Educación Continua

«Perante os múltiplos desafios suscitados pelo futuro, a educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais, da paz, da liberdade e da justiça social.»¹

«A verdadeira formação de professores, mesmo nas áreas aparentemente novas da reorganização curricular, não pode, nem deve, fazer-se a partir de encomendas de pacotes de formação ao serviço de uma lógica de venda de serviços e de produtos pré-definidos. A cidadania começa pelos professores, começa pela reflexão crítica sobre as práticas envolvidas.»²

Introdução

Ao relembrarmos este pequeno excerto de Jacques Delors, queremos inequivocamente colocar no centro desta reflexão a Educação vista precisamente como um trunfo não somente para as áreas da investigação, da intervenção e da formação dentro das Ciências da Educação e das Ciências Sociais, como um trunfo para todo e qualquer cidadão que atualmente vivencia o círculo de inseguranças e instabilidades provocadas pelas realidades sociais e políticas que circundam a conjuntura portuguesa.

Mais do que um trunfo, projetamos a Educação como o caminho, os passos e as informações para chegar a esse caminho, assim pretendemos colocar ênfase não no estado de crise, mas no sentido de renovação e de esperança, de promoção da igualdade e da cidadania que o projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades” partilhou durante cerca de dois anos com as pessoas, professores e com os diferentes municípios com os quais desenvolveu o seu trabalho, para que se possa pensar e empreender novos modos de estar e de ser profissionalmente, dentro da Educação, e perante o presente estado de crise que atravessa a sociedade portuguesa.

Deste modo, e estando consciente da sociedade democrática atual e da visão igualitária no sucesso e acesso que as Escolas portuguesas defendem, o projeto aqui apresentado teve como seu foco de trabalho a formação de professores, possuindo como objetivos gerais o trabalhar das questões relativas à Cidadania, à Diversidade

de e à Acessibilidade.

O trabalho direto com cerca de 16 municípios portugueses e suas especificidades locais possibilitou o passar de uma mensagem, que mais do que enfatizar a importância de um processo de consciencialização, cimentou de forma reflexiva e cooperativa as noções subjacentes à Acessibilidade no ensino e nas escolas portuguesas. Havendo respeitado as idiosincrasias, quer das instituições de poder local de cada município, bem como dos respetivos agrupamentos, o presente projeto de formação e de sensibilização partiu sempre do princípio de que a existência de uma Escola, de uma Educação e então de um Currículo acessível nos seus conteúdos e formas, quer a alunos/a, quer à restante comunidade educativa, detém as suas bases no quotidiano de investimentos pessoais e profissionais de docentes e outros profissionais da educação que há muito lutam pelas igualdades no acesso e no sucesso de todos aqueles que ingressam ano após ano nos diferentes níveis de ensino portugueses.

O projeto “A Cidadania universal: As Acessibilidades”, centrou, deste modo, a sua génese no princípio nuclear daquelas que são as Ciências da Educação no universo académico de investigação e intervenção na e pela Educação, trabalhando em prol de um, com e para o outro, enquanto elementos cidadãos integrados e implicados numa sociedade.

A reflexão de conceitos e noções complexas, amplas e necessitadas de uma abordagem além o lato, permitiu o agrupar estrategicamente esses mesmos conceitos e noções numa rede de relações indógenas e implícitas que influenciam o quotidiano exógeno e explícito das Escolas portuguesas e suas comunidades educativas no atual séc. XXI, cujo estado de marasmo político-social faz indicar que

«tudo parece possível mas nada pode ser definitivo. As ligações sociais tomam a aparência de encontros consecutivos, as identidades funcionam como máscaras que se vão usando sucessivamente e a biografia de cada um é vista como uma série de episódios, recordados de forma eventual e efémera. Não se pode saber nada com segurança e, por outro lado, tudo o que se sabe pode saber-se de outra maneira.» (Dias Carvalho & Baptista, 2004: 52).

Concomitantemente, e sabendo que a Educação para a Cidadania se afirma como uma contínua meta de toda e qualquer instituição educativa portuguesa, reconhece-se hoje de igual forma que esta representa um desafio diário para essas mesmas instituições. Sousa & Pintasilgo afirmam precisamente que em prol do trabalho pela e para uma Educação para a Cidadania

1 Jacques Delors (1996) p. 5, in, Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century (highlights). Paris: UNESCO, <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>.

2 Emanuel Medeiros (2006) p. 37, in “Educar, Comunicar e Ser”. Mirandela: João Azevedo Editor.

«tem sido dinamizado nas escolas todo um vasto conjunto de iniciativas, que vão da experimentação de práticas inovadoras no micro contexto da sala de aula, até ao desenvolvimento de projectos de parceria entre as escolas e as comunidades envolventes, passando pelas tentativas de criação, no âmbito das organizações escolares, de um ambiente educativo potenciador de uma vivência democrática.» (Sousa & Pintasilgo, 2005: 5-6).

Ao serem encaradas como pedras basilares, das dinâmicas de desenvolvimento e crescimento do projeto em causa, a Cidadania, a Democracia e a agência inovadora e empoderante das ações que podem ser

as cidadãos/cidadãs poderem caminhar, subir, descer e viver com qualidade de vida, autonomia, independência pessoal e coletiva independentemente das suas capacidades físicas, pessoais ou cognitivas. Esta aposta de crescimento gradual e prolongado quer do indivíduo como da comunidade na qual o mesmo se insere, buscou o trabalho integrado e integral de uma sociedade capaz e capacitante de projetar no presente as transformações de um futuro igualitário na qualidade e sustentabilidade das condições de vida de todo e qualquer Ser Humano.

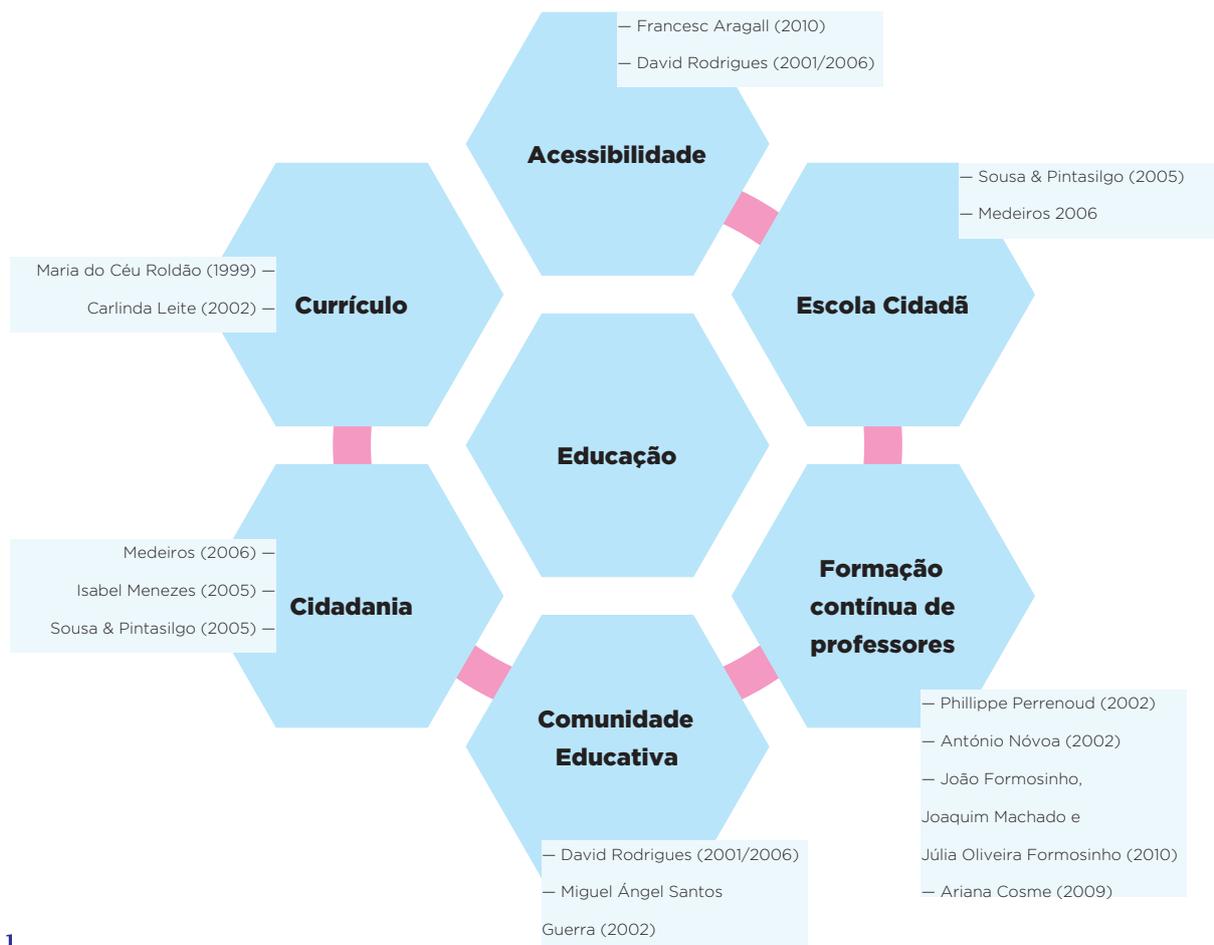


Figura 1

levadas à cabo em contexto escolar e formativo, permitiram a constituição da relação mais próxima e direta entre conceitos e noções transversais a todas as etapas que corresponderam aos cerca de 24 meses de vida deste projeto de formação, sensibilização e investigação, como é possível verificar pela rede de ligações apresentadas na Figura 1.

Desta forma, o presente projeto apreendeu a Acessibilidade como um conceito, noção e elemento essencial, necessário e urgente à sociedade atual que se traduz numa vontade maior de todos e de todas os/

Desta forma, o trabalho com e para os municípios partiu do princípio local de quem labora em prol do apoio das suas populações. Tendo sido por intermédio do reconhecimento da dependência saudável das comunidades por parte da comunidade educativa em si mesma, que se sublinhou em termos de linhas de ação a inscrição numa igual

«linha de preocupações [atendendo] a tendência atual para um territorialização de políticas educativas que, visando descentralizar competências e responsabilizar as estruturas do poder local pela condução de projetos integrados de desenvolvimento social,

elegem a participação dos sujeitos como uma das prioridades fundamentais.» (Dias de Carvalho & Baptista, 2005, p. 53),

que agiu objetivando a partilha participada com o outro, possibilitando a elaboração de um programa formativo que ambicionou e ergueu, precisamente, o estabelecimento de redes de um trabalho conjunto. A aprendizagem de reconhecimento do nosso direito de saber, aprender e edificar saberes, possibilitou que projetos como este constituam uma parte essencial das iniciativas de promoção positiva do saber ser e estar em sociedade e individualmente, mesmo em tempos de crise tanto de identidades individuais e coletivas. Trazendo deste modo, para a reflexão os ideais e as ideias de formar para crescer seja qual for a idade, o credo, a etnia ou o género; de formar para sermos nós com os outros em defesa de direitos que são nossos, de modo, a que se possa equacionar que somente abrindo um tempo para a

«aprendizagem criativa é possível colocar os saberes ao serviço de uma cidadania esclarecida, fazendo com que as escolas sejam espaços de aprendizagem e vivência de uma cidadania interventora e crítica. Só assim podemos ajudar a formar cidadão capazes de governarem as suas vidas e resistirem à manipulação de certas retóricas políticas sobre a cidadania!...» (Medeiros, 2006 pp. 29-30).

Metodologia do trabalho desenvolvido

A colaboração direta entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e a empresa ProAsolutions.pt, tornou o equacionar da Acessibilidade como conceito-agente que tem e deve ser refletido, colocado em prática, ao estar implicado no quotidiano de todo e qualquer cidadão (ã), mais precisamente neste caso no quotidiano de todos os elementos constituintes de uma comunidade educativa. Desta forma, a equipa de investigação, ao ter centrado o seu foco de trabalho na formação contínua de professores, elaborou um programa dentro dos trâmites necessários para um Curso de Formação, aprovado pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua, de modo, a que este mesmo curso, de 25 horas, fosse capaz de se reverter em 1 crédito na carreira docente dos/as profissionais que frequentassem as ações de formação dinamizadas.

O Curso de Formação intitulado de “Acessibilidade para a Diversidade e Mobilidade Humana no séc. XXI”, tal como foi agora mencionado teve a duração de 25 horas, e ao ter surgido de um protocolo entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da

Universidade do Porto e a empresa ProAsolutions.pt, encontrou-se integrado no âmbito do Programa RAM-PA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade e que é correspondente à segunda geração de planos de promoção de acessibilidade apoiados pelo POPH, no âmbito da Tipologia de Intervenção 6.5 – Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas no campo de ação da Deficiência. Os destinatários deste curso foram educadores/as de infância e docentes dos diferentes ciclos de ensino básico e secundário, tendo sido a carga horária de 25 horas, sendo que 17 horas corresponderam a sessões presenciais e 8 horas foram de trabalho autónomo. As sessões presenciais conjuntas eram divididas entre vários dias de trabalho de 7 horas, com deslocação aos agrupamentos integrados no Curso de Formação, sendo que os diferentes momentos de calendarização eram definidos consoante a disponibilidade de cancelamentos/autarquias e destinatários (as).

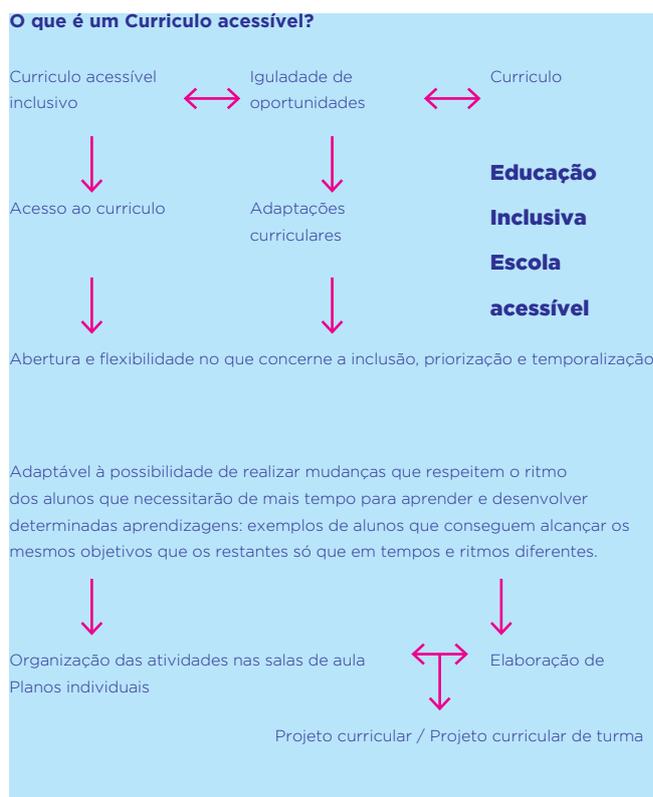
Os objetivos deste curso de formação passaram por: sensibilizar e informar para as questões da Acessibilidade, Diversidade e Mobilidade, promovendo o (re) conhecimento de conceitos e saberes sobre as temáticas em questão; promover a interação e partilha de saberes dos (as) formandos (as) em questão, criando igualmente bases de racionalização teórica para que num momento seguinte seja passível uma aplicação prática por intermédio de diferentes vias de ação, dessa mesma, teoria transmitida e partilhada; construir, por intermédio, da interação face a materiais e dispositivos formativos e informativos, meios de ação prático-pedagógica no que concerne a temática e a realidade teórica-prática do hoje é Acessibilidade, por com relação à Mobilidade e à Diversidade; refletir sobre a funcionalidade no quotidiano prática de ação dos (as) professores (as) e restante comunidade educativa, de tais materiais e dispositivos de ação disponibilizados e acionados por via do Curso de Formação, quando equacionados no que infere a intervenção educativa. Tendo sido equacionados como efeitos esperados tanto, a aquisição de competências técnico-pedagógicas face a estratégias a serem aplicadas no âmbito da Acessibilidade numa perspetiva multidisciplinar, como a realização de atividades e dinâmicas por intermédio das vias de ação a serem instituídas e trabalhadas no Curso de Formação, de modo a que os/as destinatários/as fossem capazes de desenvolver e aplicar estas mesmas competências técnico-pedagógicas no contexto de trabalho.

Deste modo o Curso de Formação teve por base o trabalhar da temática da Acessibilidade para todos/as e assim da igualdade de oportunidades no contexto educativo das autarquias e concelhos envolvidos, abordando conteúdos de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares; como também colocou a ênfase em três vias de ação, através das quais os trabalhos finais dos (as) formandos (as) seriam desenvolvidos. O que neste caso incidiu na colaboração com os/as formandos (as) na criação de um portefólio de atividades e ações curriculares e não curriculares dentro da temática da Acessibilidade, que foram avaliadas e certificadas, com a possibilidade da comunicação pública das mesmas, num terceiro momento presencial por parte da equipa de formativa do Curso de Formação. Os conteúdos das ações de formação passaram pelo trabalhar dos conceitos e noções de Acessibilidade, Mobilidade e Diversidade, tendo em conta as vias de ação definidas e elaboradas neste curso, como: a Música; a Expressão Oral e a Escrita; o Audiovisual e o Teatro. Não podendo ser esquecido que as metodologias constituintes deste curso de formação dividem-se em 3 fases. A fase 1 e 3 corresponderam às sessões presenciais conjuntas de carácter teórico-prático. A fase 2 fez-se constituir pelo trabalho autónomo, que era acompanhado pelas formadoras em regime de tutoria, quando necessário. No que diz respeito à avaliação dos (as) formandos (as), esta é feita de forma, o mais possivelmente, continuada pelas formadoras, em conjunto com os (as) próprios (as) formandos (as), com base nos conteúdos e efeitos a produzir e através do apoio tutorial tanto presencial, como por outra via de comunicação (internet e via telefónica). Foi dada especial atenção ao: nível de participação dos formandos nas sessões presenciais; nível de realização das atividades durante as sessões presenciais; nível de realização e aplicação das atividades propostas pelos formadores nas sessões de trabalho autónomo e a reflexão crítica sobre o contributo da ação para o desenvolvimento profissional. Concomitantemente, os conteúdos teóricos-pedagógicos e programáticos das Vias de Ação “Expressões Acessíveis ao Ensino”, constituintes do Curso de Formação, confluíram no trabalho dos conceitos de Cidadania, Acessibilidade e Educação.

Assim sendo, e assentado na importância cabal que estes conteúdos teóricos-pedagógicos detiveram no impacto e no crescimento positivo deste Curso de Formação, num primeiro momento desenvolveu-se uma adaptação teórica e conceptual das ideias e concei-

tos apresentados, segundo o autor Francesc Aragall no livro “La acessibilidade en los centros educativos” (Madrid, Junho de 2010), o que nos permitiu, juntamente com a mobilização de outros importantes autores, como Ariana Cosme & Rui Trindade (2002), Carlinda Leite (1993, 2000), Carlinda Leite & Preciosa Fernandes (2001), Ana Maria Bérnard da Costa (1999), entre outros, a elaboração da seguinte organização mais gráfica e dinâmica dos seguintes raciocínios e relações inter-concetuais (Figura 2)

Figura 2



Resultados

Partindo do princípio já consagrado, e tal como nos indica Phillippe Perrenoud de que

«as nossas sociedades fizeram da criança um valor central, deram-lhe direitos, transformaram-se em pessoa, em indivíduo, até mesmo em ator. Os que se preocupem com a educação propõem o desenvolvimento da participação dos alunos na vida escolar. As pedagogias cooperativas preconizam a instituição de um conselho de turma ou de conselhos de escola, como espaços de partilha do poder.» (Perrenoud: 2002, p. 142),

olhar para a educação e para as escolas de hoje, obrigamos a pensar em sociedade, em coletivo, em cidadania, que mais do que participada é agente, ativa e autora tanto no que respeita à existência do individual, como da implicação dessa mesma parte numa dada coletividade.

Educar para Cidadania, passa não somente pela centralização direta dos focos de interesse nos/as alunos/as, mas também, pelo respeito da bandeira académica e social de que

«em qualquer circunstância é fundamental que alunos e professores sejam sujeitos ativos em todas as etapas do processo. De contrário, tornar-se-iam consumidores passivos de simulacros de projetos educativos que mais não são do que atividades vazias impostas por alguém. O verdadeiro projeto educativo deve partir de necessidades individuais e coletivas sentidas como tal. Só assim terão valor formativo e alcance educacional» (Medeiros: 2006, p. 37).

O projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, ao fazer uma aposta concreta naquela que é a formação da profissão docente, tanto pessoal como profissional, quis tal como indica António Nóvoa, reafirmar a necessidade nuclear de delinear a formação contínua de professores como uma real contribuição «para a mudança educacional e para a redefinição da profissão docente» (Nóvoa: 2002, p. 38) pois que, atualmente é urgente equacionar o espaço e o lugar da formação contínua como não sendo o do

«professor isolado, mas sim o [do] professor inserido num corpo profissional e numa organização escolar. Por isso, é importante ultrapassar a “lógica dos catálogos” (ofertas diversificadas de curso e ações de formação a frequentar pelos professores) e construir dispositivos de parceria entre todos os atores implicados na formação contínua.» (Nóvoa: 2002, p. 38).

A possibilidade de até ao dia de hoje, ter trabalhado com 16 municípios de Norte ao Sul do país (cf. Tabela 1), assentado sempre na existência da formação contínua como um processo, um elemento e um instrumento que «deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um

pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada» (Nóvoa: 2002, p.p. 38-39) tornou possível a conquista de um lugar colaborativo e real nas aprendizagens com cada grupo de trabalho com quem nos foi possível contactar e estar implicadas com. Pois que nunca nos podemos esquecer de nos lembrar que o estar e ser «em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.» (Nóvoa, 2002, p. 38-39).

Tabela 1

Municípios	N.º Formandos	Total N.º Formandos
Satão	23	705
Viana do Castelo	225	
Cadaval	39	
Pinhel	24	
Seia	88	
Sabugal	19	
Alcanena	24	
Penalva do Castelo	24	
Penacova	19	
Penedono	9	
Celorico de Basto	35	
Viana do Alentejo	41	
S. Brás de Alportel	15	
Macedo de Cavaleiros	54	
Vizela	59	
Mangualde	7	

Foi segundo esta linha de orientação formativa e formadora que este projeto trabalhou com os mais variados municípios portugueses detendo sempre grandes níveis de adesão por parte das populações dos mesmos municípios, como ao mesmo tempo, tendo continuamente, uma apreciação global das ações de formação dadas sempre acima do nível satisfatório (cf. Tabela 2).

Tabela 2

Municípios	Escala de avaliação global de 1-5 por município	Apreciação geral da avaliação decorrentes das ações de formação dadas
Viana do Castelo	4	4
Penacova	5	
Penedono	5	
Celorico de Basto	4	
Viana do Alentejo	4	
S. Brás de Alportel	5	
Macedo de Cavaleiros	4	
Vizela	5	
Mangualde	4	
Penalva do Castelo	5	
Satão	5	
Cadaval	4	
Pinhel	4	
Sabugal	4	
Alcanena	4	

Estabelecendo agora, um momento analepse entre o trabalho já realizado e o momento atual que o projeto vivência, parece-se não só perentório, como nuclear apontar na direção mais colaborativa da formação contínua de professores e das consequências positivas que podem advir desta, revelando-se como raciocínio diapasão a afirmação de que «parece assim justificar-se uma formação contínua alicerçada na experiência profissional» (Nóvoa, 2002, p.39), ou seja, «falar de formação contínua de professores é falar de criação de redes de (auto) formação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo a formação como um processo interativo e dinâmico.» (Nóvoa, 2002, p. 39).

Conclusão

«Uma perspectiva de desenvolvimento social centrada na valorização do humano, em todas as suas dimensões, requer uma outra relação entre Estado e sociedade.»³

«Trata-se da questão que respeita a formas de olhar e trabalhar com o “outro” no processo de ensino-aprendizagem.»⁴

3 Adalberto Dias de Carvalho & Isabel Baptista (2004), in, Educação Social: Fundamentos Estratégicos., Porto Editora: Porto., p. 53.

4 Luíza Cortesão (2001). “Acerca da Ambiguidade das práticas multiculturais: Necessidade de Vigilância Crítica Hoje e Amanhã”, in, “Educação e Diferença, Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva”. Coleção Educação Especial. Volume 7. Porto Editora: Porto., p.51.

Ao ser pensada a temática central do estado de crise, que imprime hoje a sua transversalidade a todos os núcleos de ação social da sociedade portuguesa, o projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, delimitou as suas bases de crescimento num pensamento que não sendo novo, objetivou a renovação dos ideais de diversidade, de inclusão e de crescimento profissional saudável numa época em que se parece postular precisamente o contrário.

Vemos enquanto equipa de investigação, a verdade que Adalberto Dias de Carvalho e Isabel Baptista apontam ao afirmarem que

«por parte dos indivíduos, o direito de inserção deve corresponder ao dever de implicação. O lugar da educação junto do chamado trabalho social explica-se pela prioridade reconhecida a esta linha de intervenção. Os projetos pedagógicos visam, justamente, responder, às situações de rutura e de crise através de processos potenciadores de uma superação divina.» (Dias de Carvalho & Baptista, 2004, p. 52).

Esta ligação com o direito de inserção e o dever de implicação, marcam o entender de uma Cidadania que deve ser vista como ativa e agente, assumindo a sua importância cabal na formação e instrução dos (as) alunos e alunas que hoje já são os cidadãos(ãs) do futuro.

Concomitantemente, em todos os momentos de formação o espelho de um sentimento de segurança e de oportunidade de pensar e refletir esta nova noção de Acessibilidade, tornou-se edificador de um olhar para esta educação em tempo de crise, como um momento de passagem e não um obstáculo impossível de ser contornado. Deste modo, e uma vez mais, o projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, compreendeu a importância da

«tendência atual para uma territorialização de políticas educativas que, visando descentralizar competências e responsabilizar as estruturas do poder local pela condução de projetos integrados de desenvolvimento social, elegem a participação dos sujeitos como uma das prioridades fundamentais.» (Dias de Carvalho & Baptista, 2004: p53).

Apontamos, desta forma, para um olhar esta educação que atravessa um momento menos positivo, como um tempo para pensar a existência do caos, enquanto agente de possibilidades, enquanto criador do fazer nascer uma nova estrela cadente, tal como há muito defendeu Friedrich Nietzsche, na sua obra “Assim falou Zaratustra”, e ao suportamo-nos nesta forma mais análoga e metafórica de pensamento, antevemos na Escola, na Educação e na Formação um postulado de possibilidades e de emergências perante a existência desse caos. Atendemos com sùmula importância, tal como, o autor David Rodrigues (2001), o entender de «que a diver-

sidade e a diferença são valores positivos e factores importantes de progresso. Frequentemente, em particular no passado, as sociedades vêem a diferença como uma ameaça, uma tentativa de domínio, uma auto-exclusão ou um infortúnio.” (Rodrigues, 2001: 22), enfatizando uma vez mais os agentes que são vistos como perturbadores, enquanto novas possibilidades, que ao serem pensados e trabalhados à luz da axiologia de uma sociedade ocidental alimentada pela democracia, pela igualdade e pelos postulados de uma emancipação e potencialização de todo e qualquer cidadão, acredita tanto no futuro, como na transformação do presente. Do mesmo modo, que ao equacionarmos, a Acessibilidade como conceito-agente de uma nova corrente de trabalho pedagógico, assumimos, o defender de que

«um currículo aberto à diversidade dos alunos não é somente um currículo que oferece a cada um deles o que necessita segundo as suas possibilidades; é um currículo que se apresenta a todos os alunos para que todos aprendam quem são os outros e que deve incluir, no seu conjunto e em cada um dos seus elementos, a sensibilidade para as diferenças que existem na escola.» (Marchesi, 2001: 103).

Pretendendo, este olhar reflexivo face a dois anos de trabalho, pensar e rever o existir

«de uma intervenção que torne os sujeitos capazes de decidir e de agir responsabilmente num mundo que urge transformar e melhorar é posta em causa quando, através da radicalização do discurso da emancipação, se desvalorizam as estruturas de uma sociedade efetivamente inclusiva, apoiada numa rede de serviços eficaz e modernizada.» (Dias de Carvalho & Baptista, 2004: 53).

Intervenção esta, que ao ter tido um lugar e um espaço para ser equacionado durante o tempo de formação com os (as) professores (as), foi sempre objetivada como um lugar e um espaço a existir no trabalho de ensino-aprendizagem desenvolvido à posteriori através dos (as) professores (as) com todos (as) os (as) seus/suas alunos (as). O cultivar de uma formação, que plantou um pensamento, de modo a conservar a semente da cidadania por entre toda uma comunidade educativa, assim, o projeto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades” postulou uma consciência de que

«a diversidade dos alunos é uma fonte de enriquecimento mútuo, de intercâmbio de experiências, que lhes permite conhecer outras maneiras de ser e de viver e que desenvolvem nos alunos atitudes de respeito e de tolerância conjuntamente com um sentido amplo sobre a relatividade dos seus próprios valores e costumes.» (Marchesi, 2001: 103), almejando assim, o encarar de uma educação, que mesmo vivendo tempos de crise, é e será sempre, instituição e lugar antropológico basilar para o crescimento, a regeneração e a construção de identidades,

de cidadãos e de esperanças.

Referências Bibliográficas

- Aragall, F. (2010). La accesibilidad en los centros educativos. Madrid: Grupo Editorial Cinca, S. A.
- Bernardes, C. & Miranda, F., (2003). Portefólio Uma Escola De Competências. Porto: Porto Editora.
- Bérrard da Costa, A. M. (1999). Uma Educação Inclusiva a partir da escola que temos. In Ministério da Educação, (1999). Uma Educação Inclusiva a partir da escola que temos. Conselho Nacional da Educação, Seminários e Colóquios;
- Carvalho, C., Sousa, F. & Pintasilgo, J. (2005) Introdução, In, Sousa, F. & Pintasilgo, J. (org.) (2005) A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar. Coleção Educação Teoria e prática, Centro de Investigação em Educação Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa. Porto: Porto Editora.
- Cortesão, L. (2001). Acerca da Ambiguidade das Práticas Multiculturais, Necessidade de Vigilância Crítica Hoje e Amanhã. In Educação e Diferença, Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva. David Rodrigues (org.) (2001). Volume 7. Coleção Educação Especial. Porto. Porto Editora. pp. 49-58;
- Cosme, A. & Trindade, R. (2002). Manual de Sobrevivência para professores. Porto: Edições Asa.
- Cosme, A. & Trindade, R. (2002). Experiências Educativas e Situações de Aprendizagem – Novas práticas pedagógicas. Porto: Edições ASA.
- Cosme, A. (2009). Ser Professor: A Acção Docente Como Uma Acção De Interlocação Qualificada. Porto. Livpsic.
- Delors, J. (1996). , Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century highlights). Paris: UNESCO. Retrieved Outubro, de 2012, from <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>.
- Dias de Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). Educação Social: Fundamentos Estratégicos. Coleção Educação e Trabalho Social. N.º 1. Porto Editora: Porto.
- Formosinho, J., Machado, J. e Oliveira-Formosinho,

J. (2010). *Formação, Desempenho e Avaliação de Professores*. Mangualde. Edições Pedagogo, Lda. Coleção Educação e Formação;

Leite, C. (1993). *Um olhar curricular sobre a avaliação*. In Leite, C. et al. (1993), *Avaliar a avaliação*. Porto: Edições ASA.

Leite, C. (2000). *Projecto Educativo de escola, projecto curricular de escola, projecto curricular de turma: o que têm de comum? O que os distingue?*. Fátima. Texto policopiado.

Leite, C., Gomes, L. & Fernandes, P. (2001). *Projectos Curriculares de Escola e Turma – Conceber, gerir e avaliar*. Porto: Edições ASA.

Marchesi, A. (2001). *A Prática das Escolas Inclusivas*. In *Educação e Diferença, Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva*. David Rodrigues (org.). Volume 7. Coleção Educação Especial. Porto. Porto Editora. pp. 93-94;

Medeiros, E. (2006). *Educar, Comunicar e Ser*. Mirandela: João Azevedo Editor.

Nóvoa, A. (2002). *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa.

Perrenoud, P. (2002). *Aprender a negociar a mudança em educação: Novas estratégias de inovação*. Coleção Foco. Edições ASA: Porto.

Rodrigues., D. (2001). *A Educação e a Diferença*. In *Educação e Diferença, Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva*. David Rodrigues (org.) (2001). Volume 7. Coleção Educação Especial. Porto. Porto Editora. pp. 49-58;

Santos Guerra, M. (2002). *Os desafios da participação: desenvolver a democracia na escola*. Porto Editora: Porto.
